



## **CNCND/LGBT**

**Conselho Nacional de  
Combate à Discriminação  
e Promoção dos Direitos de  
Lésbicas, Gays, Bissexuais  
Travestis e Transexuais**

### **49ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

#### **Ata da Ordem do Dia**

**21 e 22 de fevereiro de 2019**

#### **ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCND – CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LGBT.**

Aos vinte um dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às nove horas e vinte minutos, teve início a quadragésima nona (49ª) Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, na Sede da Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, situada na Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, Brasília/DF. Sala de Reunião Plenária, 10º andar. Estiveram presentes os membros do Conselho: Presidente do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, Conselheira Sra. Marina Reidel, representante titular da Secretaria de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Conselheira Adrianna Figueiredo, representante do Ministério do Desenvolvimento Social (Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania); Fábio Costa de Souza, representante da Secretaria de Previdência Social do Ministério da Fazenda (Secretaria Especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia); Conselheira Jéssica da Silva Rodrigues, representante do Ministério da Saúde; Conselheiro Rogério Vilella Borges de Andrade Franco, representante da Secretaria Nacional de Promoção da

Igualdade Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.; Conselheiro Washington Luiz Dias, representante titular da Rede Afro LGBT; Conselheiro José Carlos Bueno, representante titular da CNTE; Conselheiro Delmiro Carvalho Freitas, representante titular da CUT; Conselheira Keila Simpson, representante titular da ANTRA; Conselheira Jovanna Cardoso da Silva, representante titular do FONATRANS; Conselheira Luma Andrade, representante titular da ABEH; Conselheira Vice- Presidente Danielle da Silva Santa Brígida, representante titular da ABL; Conselheira Mirla Cisne Álvaro, representante titular do CFESS; Conselheiro Rodrigo Camargo Barbosa, representante titular da OAB; Conselheira Priscila Moregola, representante suplente da OAB; Conselheiro Lenilso Luís da Silva, representante titular da ARTGAY; Conselheira Tathiane Araújo, representante titular da RedeTrans Brasil; Conselheiro Emerson Santos, representante titular da ART JOVEM LGBT; Conselheira Silvana Conti, representante titular da CTB; Conselheira Ananda Hadah Rodrigues Puchta, Conselheira titular da Aliança Nacional LGBTI+. A Reunião também com a presença do Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+. Após a verificação do quórum, a Conselheira Presidenta Marina Reidel inicia a 49ª Reunião Ordinária pela aprovação da ordem do dia. A Presidenta informa que, em razão de uma audiência no Senado Federal, a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, será substituída pelo Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Proteção Global, Sr. Carlos Alexandre Magno. A Conselheira Presidenta dá início aos informes, lembrando que, a partir das treze horas, as Conselheiras e Conselheiros terão a agenda no Supremo Tribunal Federal para acompanhamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão número 26 – ADO 26, que pode tornar crime a homofobia e a transfobia no Brasil. A Conselheira Keila informa que se encontra em andamento uma outra contestação da Resolução Conjunta CNPC e CNCD de Nº 1 de 2014. A Conselheira enfatiza em dar andamento as tratativas junto ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, a partir da proposta de atualização da Resolução, bem como a nota técnica que subsidiou a referida proposta. A Conselheira chama atenção para o fato de que a Resolução Conjunta de 2014 precisa ser blindada, já que é a única, até agora, que temos sobre a situação LGBT no sistema prisional. A Conselheira solicita que a discussão sobre a minuta de Resolução Conjunta atualizada seja inserida nas discussões das demais resoluções, na continuação da reunião Ordinária, no dia vinte e dois de fevereiro. A Conselheira Ananda informa que nos dias treze e dezessete de novembro de dois mil e dezenove será realizado o Congresso da Aliança Nacional LGBTI+ que congrega também a Rede Gay Latino dentre outras redes latino-americana. O Congresso acontecerá em Curitiba com o objetivo de congregar debates entre diferentes setores da sociedade civil. não só movimentos sociais, mas também governo e agências internacionais, além dos membros da Aliança Nacional LGBTI+ que são membros partidários, empresas e academia, como um todo. Será a primeira vez que teremos esses três segmentos organizados dentro de um mesmo espaço. Nossa responsabilidade de construir diálogo entre esses setores que não se conversam, muitas vezes. Estão todos e todas convidados/as. A Conselheira acrescenta a importância da participação ativa da sociedade civil e que seria muito importante que o Conselho fosse representado. Na sequência informa que as Redes que quiserem apoiar institucionalmente o Congresso podem procurar o Sr. Tony Reis que está responsável pelas assinaturas. A Conselheira também informa que para celebração do 17 de Maio a Aliança Nacional LGBTI+ realizará o primeiro diálogo com o setor corporativo, chamado de Seminário de Empresas Network

que atuam em diversidade e inovação. O Seminário acontecerá em Curitiba. Esse seminário irá trazer as empresas que trabalham com diversidade, ou que estão iniciando esse trabalho para discutir responsabilidade social e a inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho. Conselheira Tathiane informa que a Rede Trans Brasil realizou, no último dia 29 de janeiro - dia da visibilidade trans - atividade da nossa semana Hanna Suzart que contou com a presença do Conselho Federal de Psicologia, por meio de uma videoconferência, para discutir temas como a morte social e a morte física. A Conselheira acrescenta as atividades da Rede Trans na Casa da ONU, no dia trinta e um, junto com as Embaixadas do Canadá, da Suécia, do Reino Unido, além de todas as agências internacionais que tem parceria com a ONU. O Dossiê elaborado está disponível na página da Rede Trans, em inglês e espanhol. A Conselheira entregou, oficialmente, o Dossiê produzido pela Rede Trans à Conselheira Presidenta Marina Reidel. A Conselheira Jovanna informa que a intervenção do CNCD vem obtendo resultados concretos no município de Itatira/CE, no que se refere aos casos de homofobia acontecidos na cidade. Na ocasião um gay foi acusado de ser pedófilo, sendo perseguido por um conselheiro Municipal, extremamente homofóbico. A Conselheira afirma que a intervenção do CNCD, no ano de 2015, ajudou a inocentar o rapaz acusado. Sendo inocentado, o rapaz já voltou para a cidade e já leva uma vida tranquila. A Sessão de informes é interrompida com a chegada do Secretário Nacional Adjunto de Proteção Global, Sr. Alexandre Magno. A Conselheira Presidenta informa que a dinâmica adotada para esta parte da reunião se dará pela a partir da apresentação das Conselheiras e Conselheiros. O Secretário também faz a sua apresentação. O Secretário explicita que o diálogo é muito importante e se coloca a disposição para tal construção. Acrescenta que só existe diálogo para valer quando as duas pessoas têm, mais ou menos, no mesmo nível de informação sobre o assunto, colocando-se, nesse momento como aprendiz. Intenta com isso dar o feedback necessário à sociedade civil sobre as necessidades e as demandas da população LGBT. Segundo o Secretário, em Brasília, corre-se um sério risco de ficar surdo, mudo e cego com relação a tudo que acontece no resto do Brasil. Ou seja, em Brasília, não se tem contato com as realidades no interior do País. Esclarece, dessa forma, a necessidade de um amplo diálogo, sobretudo porque o governo federal já está começando a elaborar o Plano Plurianual (PPA) para os próximos quatro anos. Chama atenção para a necessidade de se pensar propostas, projetos e programas a serem incluídos no PPA, buscando que estas iniciativas sejam políticas públicas definitivas para a população LGBT. E, nessa direção o Secretário deixa a palavra para as Conselheiras e os Conselheiros. Conselheira Keila Simpson explicita a dificuldade que é transitar com o atual governo e discutir a situação que a população Trans vem sofrendo desde antes da campanha presidencial até agora. Afirma que, na condição de Presidenta da ANTRA, tem recebido muitas denúncias dessas violências decorrentes do conjunto de declarações e decisões do atual governo. Pontua que não se estenderá nesse assunto, mas é preciso demarcar aquilo que o discurso da prática. E, nessa perspectiva, a Conselheira destaca a necessidade de primeiro se pensar sobre a ótica de orçamento, já que o Conselho Nacional de Combate a Discriminação representa a população LGBT que é atacada a todo momento em todos os lugares, sem ter realmente a noção de que orçamento o Conselho terá para trabalhar nas prioridades que foram apresentadas numa reunião com a Ministra, que recebeu parte do Conselho à convite da Aliança Nacional LGBTI+. Segundo a Conselheira, é muito importante que as prioridades apontadas façam parte do PPA, de forma a garantir ações efetivas para essa Comunidade. A Conselheira acrescenta que o

Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT é composto por instituições brasileiras. A Conselheira também afirma que existem instituições que não estão compondo o Conselho, mas que também dependem do que o Conselho decide. A Conselheira também explicita ter uma sensação muito estranha de estar nesse espaço. Avisa que, particularmente, que tem sua posição com relação ao governo federal. Contudo, não quer ficar “batendo de frente”, mas sim é importante discutir as ações para que a população LGBT tenha de fato. É importante debater as ações que a população LGBT tanto almeja no cenário Nacional. O Conselho está discutindo a vida e a permanência da dignidade, encerrando com a violência que a população LGBT tem sofrido. Acrescenta que o Conselho irá ao Supremo Tribunal Federal para acompanhar a decisão favorável ao pleito, hoje à tarde. Enfatiza que o Conselho é o espaço representativo de instituições que estão trabalhando e representando a população. A Conselheira pede o empenho dos conselheiros e das conselheiras. Acrescenta que a Conselheira Presidenta, como sendo uma pessoa trans vai fazer interlocuções mais direta com a Ministra e pedir para que não dê declarações polêmicas. A Conselheira ressalta a necessidade de um diálogo franco e aberto entre pessoas que não precisam concordar; pessoas podem ter divergências profundas, mas como seres humanos civilizados, respeitosos que podem conseguir pontos valiosos de acordo. O Secretário Adjunto informa que há um mês tomou posse no cargo e que sabe que o tamanho da Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT é, de longe, a menor Diretoria da Secretaria de Proteção Global. Esclarece que a Secretaria pode aproveitar o poder de requisição que tem alguns Órgão Federais, além da Presidente da República, pelo período de dois anos. Logo, a Secretaria pode aproveitar esse período para fazer uma busca ativa de pessoas que tenham interesse em trabalhar na Diretoria. Conselheiro Washington diz que o CNCD LGBT se organizou, previamente, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista estratégico com relação as agendas ordinárias, tendo em vista os prenúncio de retrocessos que já se anunciava desde o período eleitoral com relação a população LGBT, que segundo o Conselheiro, sempre esteve na vitrine dessa da polêmica do ponto de vista eleitoral. O Conselheiro acrescenta que são só a população LGBT, mas também a população negra, devido as declarações preconceituosas, sobretudo dirigidas à população quilombola desse País. O Conselheiro menciona a Resolução publicada no mês de outubro de dois mil e dezoito, que contém as agendas das reuniões ordinárias para o ano de dois mil e dezenove. O Conselheiro acrescenta que houve mudança na agenda do CNCD LGBT para que a 49ª Reunião Ordinária do CNCD LGBT fosse realizada. O Conselheiro explicita que a mudança concreta da agenda do CNCD LGBT já é, em si, uma demonstração de abertura para o diálogo, e, que nesse sentido, também há, por parte da sociedade civil a mesma preocupação com o diálogo. Mas o Conselheiro pondera se houve empenho do governo em realizar a reunião na data previamente marcada. Pontua que nesse momento de perseguição aos movimentos sociais possa haver tentativas de inibir a participação e controle social. O Conselheiro se posiciona como gay, negro e de esquerda socialista e somos atacados publicamente e nacionalmente. No entanto, acrescenta que o CNCD precisa enfrentar esses momentos para abrir um canal de diálogo, porque as Conselheiras e os Conselheiros entendem que o CNCD LGBT é um Conselho de Estado e não de Governo e que o comprometimento político desse governo com agenda LGBT passa, fundamentalmente, pela ampliação de recursos para o Conselho Nacional LGBT. Complementa que o governo, de fato, mostra que tem comprometimento com a pauta quando fortalece os espaços de controle e participação social. O Conselheiro

informa ao Secretário Alexandre que no ano de dois mil e dezoito o então Ministro Gustavo Rocha ampliou o orçamento do CNCD LGBT, após diálogo com a Mesa Diretora, durante as celebrações do Dia Mundial contra a LGBTfobia. Ainda enumera as ações do CNCD em diferentes estados brasileiros para fortalecer, na prática, as políticas públicas dirigidas à população LGBT. O Conselheiro destaca a importância da ampliação dos recursos, sobretudo, tendo em vista a realização da 4ª Conferência Nacional LGBT e, segundo o Conselheiro, é fundamental que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por intermédio da Secretaria Nacional de Proteção Global, também comece a mobilizar os estados para viabilizar as ações que desse Conselho. O Secretário Alexandre comentou nos últimos dois meses passou-se um tempo grande esclarecendo que a Diretoria de Promoção dos Direitos de LGBT permanecerá, sem mudanças de equipe. Acrescenta que, embora tenha sido dito várias vezes que a Diretoria não mudaria, a Marina continua ouvindo todo tipo de acusação. Esclarece que a realização é sim um momento de afirmação da disposição ao diálogo, visto o esforço para que a 49ª Reunião Ordinária do CNCD acontecesse ainda em fevereiro, visto que os empenhos foram liberados no início de fevereiro. Cita a existência de uma Portaria que determina os prazos mínimos para a emissão de passagens e diárias. Com relação à Conferência, o Secretário informa que já está sendo pensada no cronograma do Ministério, já que há Decreto determinando a sua realização. O Secretário solicita ao CNCD LGBT uma proposta detalhada dos custos envolvidos na realização da Conferência; do modelo sempre levando em conta a necessidade de economicidade nos gastos públicos. Conselheira Tathiane informa que a 4ª Conferência já possui os principais fundamentos e programação fechados e aprovados pela Plenária do CNCD LGBT. Acrescenta que a 4ª Conferência já está começando a ser trabalhada nos estados. A Conselheira chama atenção para o fato de que o momento está assustando a população LGBT, a partir das declarações feitas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, reforçando uma postura antiga da Gestora que fala sobre identidade de gênero de uma forma muito desapropriada, sendo, segundo a Conselheira, começa um caminho, no mínimo, preocupante, visto que se entende que Direitos Humanos como a política transversal, que está em todos os outros Ministérios. A Conselheira esclarece que identidade de gênero que não é ideologia de gênero: é necessário compreender o que é identidade de gênero na educação, no trabalho, na saúde. Segundo a Conselheira, não se está resolvendo o que leva uma trans para esquina. Continua dizendo que na escola se não o menino não vestir azul e se comportar da forma padrão de comportamento que se espera, esse menino vira piada e não suporta e sai da escola e, mais tarde, ficará sem mercado de trabalho, mas para frente, sem saúde. A Conselheira ainda acrescenta que *“a gente tem uma identidade que é apresentada e é mais forte do que nós que vem de dentro da gente...”*. Adiante, a Conselheira indaga como se faz Direitos Humanos com o orçamento frágil que se tem? Fala que a Ministra parece ser bastante aberta ao diálogo e que soube escutar as pessoas, durante a Reunião que aconteceu com o movimento LGBT, durante o período de transição. Cita que a Ministra tem uma atenção para esse público e que a mesma já teve um trabalho com transexuais em Aracaju. Para finalizar, a Conselheira destaca a necessidade de que as propostas específicas prioritárias de políticas públicas fossem encaminhadas pela Diretoria e pela Secretaria de Proteção Global, para que acontecessem de forma mais transversal. O Secretário Alexandre se coloca a disposição para estar como ponte para a tentar apaziguar os ânimos e começar um diálogo efetivo. Aponta a necessidade de se trabalhar num clima de confiança. Conselheira Silvana Conti

afirma todas as políticas públicas afetam trabalhadoras e trabalhadores. A população LGBT é a mais afetada na medida em que a maioria está desempregada. Afirma que diálogo significa efetivação de política pública LGBT. Acrescenta que, independente do governo que seja, as Conselheiras e os Conselheiros do CNCD LGBT querem uma Política de Estado e não Política de Governo. Responde ao Secretário que não é uma questão de confiança, mas sim de manter uma relação respeitosa. Afirma que o CNCD LGBT quer que o respeito à Constituição Brasileira seja garantido. Nesse sentido, a Conselheira entende como prioridade da participação do CNCD LGBT na elaboração do Plano Plurianual; a realização da 4ª Conferência LGBT também é uma prioridade; além do diálogo com conselhos e com a sociedade civil. Finalizar, a Conselheira solicita a garantia da estrutura da Diretoria de Promoção dos Direitos de LGBT, aumentando o quatro de pessoal para que seja possível a efetivação das ações, inclusive as do CNCD LGBT. O Secretário Alexandre afirma que qualquer Conselho, qualquer Comitê que esteja, de alguma forma, ligado administração pública necessita dar feedback à sociedade civil que contribui para a formulação e implementação de políticas públicas. Reafirma que a Secretaria Nacional de Proteção Global não deseja de maneira isolada e pede feedback da sociedade civil, por meio de uma lista de prioridades ou outra forma que o CNCD LGBT ache por bem enviar para a Secretaria. A Conselheira Luma comenta que, a priori ao desenvolvimento das políticas públicas, o governo precisa entender como é trabalhar em meio à população LGBT, com suas divergências internas e extremas. Indaga, qual é a política governo em relação à população LGBT? Qual é a linha de pensamento? O governo tem que, primeiro, fazer esse exercício interno. Pontua que dessa forma o CNCD LGBT poderá contribuir ou então não contribuir. A Conselheira menciona a extinção da SECADI como sendo muito prejudicial para a população LGBT no campo da Educação. Cita também que o Advogado Geral da União fez Defesa contrária à criminalização da homofobia no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26), alegando que o governo não estava contra população LGBT Porque existe uma diretoria e existe um conselho para essa população desenvolverem suas políticas públicas. Chama atenção para que a Diretoria e o Conselho só existem para “dizer que o governo não é homofóbico”. Conselheira Ananda relembra a reunião que houve com a Ministra, durante o período de transição. A Conselheira concorda com a necessidade de se ampliar o número de funcionários da Diretoria de Promoção dos Direitos de LGBT. A Conselheira solicitou algum tempo para apresentação da instituição que representa no CNCD CLGBT: Aliança Nacional LGBTI+, tais como: O Projeto Aliadas e o de Sinergia que são dois projetos de *advocacy*, tanto no Congresso Nacional quanto no STF. Traz como um dos resultados o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Cita a paralisação da Política de Saúde Integral LGBT, coordenada pela Diretoria de Gestão Participativa do Ministério da Saúde. Reafirma a necessidade de um diálogo franco entre o CNCD, a Secretaria Nacional de proteção Global e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para que se possa avançar e traçar, realmente, esse norte pragmático proposto pelo Secretário Adjunto. Chama atenção para o número de assassinatos em decorrência da LGBTfobia. Conselheiro Emerson ressalta a importância do CNCD como sendo um dos Conselhos mais qualificados para o controle social. Esclarece que o Conselho tem uma série de materiais prontos para o acompanhamento de propostas de políticas públicas. Reforça a necessidade de se dar sequência aos despachos entre a Mesa Diretora do CNCD e a Secretaria ao final de cada Reunião do CNCD. Acrescenta que as propostas provenientes

as Terceira Conferência Nacional LGBT vem sendo monitoradas por intermédio de um instrumento produzido pela Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional LGBT que analisou a compatibilidade do PPA 2016 - 2019 com as referidas propostas; o CNCD publicou a Resolução Nº 26 de outubro de 2018, contendo o calendário de reuniões para o ano de 2019; o CNCD também elaborou um conjunto de Resoluções que versam sobre diferentes políticas públicas que vão desde o Sistema Penitenciário até as políticas sociais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Conselheiro destaca que o CNCD está, dentro de suas prioridades, finalizando o Projeto para a Quarta Conferência, incluindo o Termo de Referência para a contratação de consultorias. Para finalizar, o Conselheiro solicita que estes documentos sejam apreciados e respondidos e que não seja necessário elaborá-los, novamente. Conselheiro Lenilson informa ao Secretário Adjunto que nunca sofreu tantos ataques como foi atacado após a reunião com a Ministra Damares Alves. Acrescenta que conversar com alguém do Estado brasileiro, em defesa da população LGBT gerou tantos ataques. Reitera que a Ministra ouviu relatos de pessoas trans e no dia da Posse fez um comentário “que menina veste rosa e menino veste azul”, completa dizendo que certas afirmações são graves de serem feitas por uma Ministra de Estado, visto que não é apenas uma expressão de linguagem, pois se trata de vidas. Segundo o Conselheiro, é preciso se apropriar das questões LGBTI antes de fazer qualquer tipo de comentário a respeito dessa população. Finaliza colocando que o governo tem acento no CNCD por meio da Diretoria de Promoção dos Direitos de LGBT que pode assessorar os pronunciamentos da Ministra. Reafirma a necessidade de se debater o Orçamento para o CNCD e a realização da Quarta Conferência Nacional LGBT. O Secretário Adjunto afirma a importância do CNCD, sobretudo considerando a elaboração do próximo Plano Plurianual 2020 – 2023, visto que a pauta LGBT necessita ser pensada de forma transversal, portanto, não está restrita à Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT e nem ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e, é fundamental que as metas que estejam sob a responsabilidade desse Ministério sejam alcançadas, já que a Ministra tem ciência papel institucional de dialogar com outros Ministérios para a execução das metas que estão sob a responsabilidade de desses outros Ministérios. Finaliza reforçando a disposição para um diálogo efetivo com transparência e respeitoso. Após a saída do Secretário Adjunto em razão de outras agendas a serem cumpridas, a Conselheira Presidenta dá continuidade aos informes. A Coordenadora-Geral do CNCD relata que entrou em contato com a Coordenadora-Geral do CONANDA e recapitula que a o CONANDA encaminhou a Resolução Conjunta CNCD – CONANDA para a CONJUR, visto que todas as Resoluções daquele Conselho são analisadas pela CONJUR antes de serem publicadas. Esclarece que o Conselheiro representante do “MDS” esteve na Coordenação do CNCD solicitando uma nota técnica do CNCD, solicitada pela CONJUR com o objetivo de validar alguns conceitos que aparecem na proposta de Resolução Conjunta. Posteriormente, a Coordenadora encaminhou o contato do Conselheiro Emerson, presidente da Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas, já que é a referida Câmara está acompanhando os trâmites para elaboração da Resolução Conjunta, para o Conselheiro do CONANDA. O Conselheiro Emerson elaborou a Nota e encaminhou para o Conselheiro do CONANDA. Quanto a Resolução Conjunta CNAS e CNCD, a Coordenadora informa que entrou em contato com a Secretaria Executiva do CNAS para indagar o estado da arte das discussões sobre o PL que susta a Resolução, visto que a Plenária do CNAS aprovou que a Presidência Ampliada

desse Conselho trabalhará a nota técnica conjuntamente com o CNCD. A Coordenadora informa que, de acordo com informações da Secretaria Executiva do CNAS, a Presidência Ampliada do desse Conselho ainda não havia, ainda elaborado, uma proposta de documento para enviar ao CNCD. Acrescenta que o CNAS tem a intenção de agendar uma audiência com o Deputado autor do PL. Em tora e da Comissão Organizadora Executiva da Quarta Conferência Nacional LGBT. Sobre a Quarta Conferência, o Conselheiro enfatiza a urgência da elaboração de alguns documentos para orientar as articulações das conferências municipais e estaduais, tais como: o projeto da Conferência; o documento orientador; o regulamento da conferência e a portaria ministerial. O Conselheiro dá destaque a preocupação da Gestora Municipal de Campinas e Presidente do Fórum de Gestores LGBT, Senhora Valdirene, que relatou que o cenário dos estados está muito difícil no que diz respeito a realização das conferências municipais e estaduais LGBT, por essa razão é fundamental um planejamento estratégico de datas que possam ser cumpridas pelos estados. Conselheiro Washington esclarece que já está previsto que no mês de abril todos os documentos já estarão prontos para serem enviados para os estados. Informa, inclusive, que há a previsão de uma reunião extraordinária da Comissão, ainda no mês de março para a finalização dos documentos. Acrescenta que os documentos serão submetidos à Plenária da 50ª Reunião Ordinária do CNCD. Conselheiro Emerson encaminha a proposta de que todo o CNCD poderá encaminhar sugestões de atividades a serem realizadas na semana do dia treze ao dia dezessete de maio. Acrescenta que as contribuições deverão ser enviadas para o e-mail da Coordenadora Geral, até o dia quinze de março. Informa que as contribuições serão discutidas pela Mesa Diretora. Sugere também a realização de um mapeamento das políticas públicas que estão sendo implementadas pelos estados, com ajuda da Diretoria LGBT (mecanismos, coordenações, gerências, comitês, conselhos, dentre outros). Reforça a necessidade de contratação da consultoria para as atividades da Conferência. Disponibiliza a Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas para colaborar na elaboração dos documentos normativos da Conferência. Propõe incluir outros conselhos que realizam conferências na discussão sobre a Quarta Conferência. Acrescenta que na 50ª Reunião Ordinária terá início a discussão sobre o edital para eleição do CNCD para o biênio 2019 – 2021, incluindo a definição da Comissão Eleitoral. Apresenta a sugestão de um instrumento que contenha as deliberações de cada reunião, incluindo as demandas das Câmaras Técnicas Permanentes, ideia aprovada pela Plenária. Também há a proposição de que haja uma apresentação da Consultoria sobre o diagnóstico das população LGBT no sistema prisional. Houve a preocupação com a as várias atividades nos estados durante a semana do 17 de Maio que demandam a presença dos Conselheiros e das Conselheiras. Contudo, há necessidade de se pensar nas ações que acontecem no Congresso Nacional, ONU. Portanto, há a sugestão de se realizar uma ação única do Conselho. Conselheiro Zezinho ressalta que o CNCD terá três reuniões seguidas: abril, maio e junho, sendo que nesse último será uma reunião itinerante, em São Paulo. Conselheira Tathiane sugere que a Reunião Extraordinária de maio seja nos dias treze, quatorze e treze de maio. A Plenária solicita a apresentação de alguns resultados de convênio relacionados a pauta LGBT, dentre eles o Projeto LABI. Dando seguimento a agenda aprovada, a Conselheira Presidenta dá início a discussão da nova redação para o Decreto novo Decreto 7.388 de 9 de Dezembro de 2010 que cria o CNCD LGBT em razão da nova estrutura de governo. Após a apresentação da proposta de nova composição, a Plenária deliberou sobre a criação de um Grupo de Trabalho governamental para analisar as competências que



possam líder com a pauta LGBT e apresentar à Plenária para aprovação. Conselheira Adrianna Figueiredo ressalta a importância da discussão sobre a necessidade de se manter a perspectiva da capilaridade da pauta LGBT e a articulação intragovernamental, a partir da atuação dos Conselheiros e das Conselheiras de governo. Cita várias situações que estão sendo articuladas por essas representações. A Conselheira Jéssica propõe uma nota do Conselho voltada para a urgente retomada da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Conselheira Jéssica e Conselheiro Washington ficam responsáveis pela elaboração de uma minuta da nota. Conselheira Jéssica também chama atenção para a necessidade que o Conselho se manifeste sobre a realização do censo 2020. A Plenária conclui sobre a necessidade de se estabelecer a aproximação entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselheira Presidenta informa sobre as reuniões com representantes do IBGE, via Skype. Comprometendo-se em retomar o diálogo. Na sequência, a Coordenadora Geral do CONANDA, Senhora Verena Martins esclarece o fluxo pelo qual o CONANDA publica as suas resoluções. Ao apresentar a minuta de Resolução Conjunta CONANDA CNCD à CONJUR, foram solicitadas as referidas notas técnicas. A Nota Técnica elaborada pelo CONANDA concorda com os elementos constantes na Nota, com exceção de alguns, que, de acordo com o Conselheiro Emerson, serão mantidos e justificados na nota técnica elaborada pela Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas. Fica deliberado o envio da nota técnica do CNCD no formato da CONJUR, pela Coordenadora Geral do CNCD. Conselheiro Washington e Conselheiro Emerson enfatizam a necessidade de se publicizar os materiais do CNCD para dar visibilidade das ações já efetivadas pelo Conselho. Necessidade reconhecida pela Presidenta do CNCD. Sem mais temas a serem tratados, a Conselheira Presidenta do CNCD, Marina Reidel, encerra a 49ª Reunião Ordinária do CNCD LGBT